

**POLÍTICA + PAULO EGÍDIO INTERINO**paulo.egidio@zerohora.com.br  
@pauloegidios

# Operação fiscaliza mais de mil escolas

Deflagrada na manhã de hoje, uma ação conjunta dos Tribunais de Contas do país fiscaliza a infraestrutura de 1.088 escolas públicas estaduais e municipais em todo o Brasil. Nas visitas, estão sendo verificadas as situações de salas de aula, bibliotecas, refeitórios e quadras esportivas, além de aspectos relacionados a segurança, prevenção de incêndios, higiene e limpeza.

Mais de 780 auditores, ligados às 32 Cortes fiscalizadoras do país, integram a Operação Educação, que se estenderá até quarta-feira. Em cada instituição de ensino, os profissionais vão checar cerca de 200 itens relacionados às condições estruturais, que interferem

no cotidiano de estudantes e professores. Nesse “check-list”, estão questões ligadas a acessibilidade, estrutura e conservação, saneamento básico, energia elétrica, sistema de combate a incêndios, alimentação, esporte, recreação e espaços pedagógicos.

Ao longo dos três dias da Operação Educação, as informações colhidas pelos técnicos serão inseridas em um sistema de consolidação automática de dados. Munidos de tablets, os auditores também enviarão fotos e vídeos dos problemas que encontrarem. As ações serão acompanhadas em tempo real em uma sala no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). Nos outros Estados, cada tribunal

terá uma sala de gestão.

Ao final, serão gerados dois tipos de relatórios: um nacional e outro com dados por Estado. Os municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro também terão documentos específicos. A estimativa é de que os relatórios sejam divulgados na quinta-feira, a partir das 14h.

Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o conselheiro gaúcho Cezar Miola afirma que, a partir do diagnóstico, os integrantes dos Tribunais de Contas poderão fazer recomendações e determinações aos gestores responsáveis pelas escolas, a fim de que os problemas levantados sejam resolvidos.

– O foco escolhido foi a infraestrutura das unidades

de ensino, partindo-se do pressuposto que se trata de requisito essencial para uma escola acolhedora e segura, capaz de garantir a aprendizagem e o convívio de alunos, professores e famílias – explica Miola.

Iniciativa da Atricon e do TCE de São Paulo, a ação tem apoio de outras três entidades: a Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e o Comitê de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

**GZH**

Leia outras colunas em  
[gzh.com.br/rosanedoliveira](http://gzh.com.br/rosanedoliveira)

## ALIÁS

As escolas selecionadas para a fiscalização dos auditores foram escolhidas a partir de indicações de situações críticas que constam no Censo Escolar de 2022.

## Mais um

Depois que a coluna publicou nota sobre as movimentações iniciais para a eleição no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, marcada para dezembro, mais um nome foi lembrado para concorrer a presidente. Trata-se do presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, desembargador Claudio Martinewski.

O presidente da Ajuris não confirma a candidatura, mas amigos garantem que também não descarta.

## Do Planalto para a prefeitura

Secretário de Comunicação Institucional em parte do governo de Jair Bolsonaro, Mateus Colombo Mendes foi nomeado para um cargo na assessoria do vice-prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes (PL). A nomeação foi publicada no Diário Oficial na última quarta-feira, com efeito retroativo ao dia 3 de abril.

De acordo com a assessoria de Gomes, Colombo vai colaborar em projetos como a revitalização do 4º Distrito e a iniciativa de tornar Porto Alegre a capital mundial do churrasco, e em temas ligados à liberdade econômica e à diretoria de Relações Internacionais.

Além de atuar no governo, ele lançou, ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro, o livro *Jair Bolsonaro: O Fenômeno Ignorado*.

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO DE PORTO ALEGRE, ANDRÉ BARBOSA PALESTRA HOJE EM NATAL (RN) A CONVITE DO FÓRUM NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO. ELE FALARÁ SOBRE O LEILÃO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.**

## Cara nova a caminho



Começou neste mês a reforma na sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), que deve restringir o acesso ao local por até um ano. Com isso, a Corte transferiu os trabalhos para outros dois prédios – um anexo próprio, também no centro de Porto Alegre, e um alugado, na Rua Mariante, no bairro Moinhos de Vento. Os setores de atendimento ao público e de protocolo estão operando no imóvel da área central, que fica na Rua Bento Martins, 168.

Uma das finalidades da obra é a revitalização da fachada (foto),

com substituição das esquadrias internas e aplicação de novo revestimento.

Também estão previstas a unificação do sistema de ar condicionado e mudanças no andar térreo, com retirada do estacionamento, adequação à acessibilidade e introdução de catracas para o controle do acesso. Ainda serão instaladas placas de energia solar. A obra foi orçada em R\$ 27 milhões, mas a proposta vencedora da licitação foi de R\$ 23,8 milhões.

A intervenção gerou questionamentos de alguns

servidores, em parte pelo custo da locação no prédio da Rua Mariante (R\$ 220 mil mensais) e pela inclusão de bens móveis na licitação.

Chefe de Gabinete da Presidência do TCE-RS, Fabiano Geremia pondera que o preço de cada item foi discriminado e que a licitação conjunta garante que todos estarão disponíveis quando a obra terminar. A respeito do prédio locado, diz que foi escolhido após extensa avaliação de imóveis e que o valor do aluguel está de acordo com o padrão do mercado.

## Olhar estrangeiro

O desembargador Caetano Cuervo Lo Pumo, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, irá atuar como observador internacional nas eleições do Paraguai na próxima semana.

Treze candidatos concorrem à presidência do país vizinho. As pesquisas indicam que a disputa ficará entre Santiago Peña (Partido Colorado) e Efraín Alegre (Concertación Nacional).

## Drible legislativo

A discussão sobre o reajuste ao prefeito, vice, vereadores e secretários de Porto Alegre está perto de retornar ao plenário da Câmara Municipal. No ano passado, o aumento foi rejeitado por um voto.

Um dos focos de resistência é o fato de que o reajuste significa elevar o teto salarial do funcionalismo, visto que a Constituição Federal determina que o subsídio do prefeito seja considerado o limite para a remuneração dos servidores.

Diante disso, está sendo analisada nos bastidores da Câmara a possibilidade da criação de uma parcela adicional ao subsídio, de forma a conceder o reajuste ao prefeito sem beneficiar os servidores com maiores salários do município.